



## Bastonário da Ordem dos Engenheiros contra decidir antes de estudar

# O caso do Terminal de Contentores do Barreiro

Carlos Matias Ramos

A Ordem dos Engenheiros (OE) foi confrontada com diversas notícias que, procurando refletir a decisão do Governo, referem que foi assumida a opção do Barreiro para o novo terminal de contentores e que o Seixal vai ter um porto para servir um parque empresarial.

Vamos, então, aos factos. No primeiro trimestre de 2013 estava decidido, ou pelo menos declarações do Governo assim o faziam entender, que o terminal seria localizado na Trafaria.

No primeiro trimestre de 2014 vem à colação a opção pelo Barreiro, localização que levantou imensas dúvidas. Cito, a propósito, declarações do secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, publicadas no "Diário Económico" de 14 de março de 2014: "Temos de estudar com muito cuidado os custos que um porto de águas profundas na localização do Barreiro irá implicar devido ao assoreamento. Não só em termos de investimento inicial, mas também o que será preciso investir em dragagens ao longo dos anos". Esta também foi e continua a ser a nossa posição, na qual temos vindo continuamente a insistir, que, entre-

tanto, parece ter-se transformado, segundo declarações recentes do ministro da Economia, em decisão, sem que este aspeto tenha sido esclarecido.

Saliento que o primeiro documento estruturado a que tivemos acesso relacionado com a localização e caracterização do terminal no Barreiro data de novembro de 2014, intitulado "Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental", documento elaborado pela APL, que mereceu vários reparos e a identificação de lacunas por parte da APA.

É agora também referido pelos *media* que o Seixal vai ter um terminal para servir um parque empresarial. Um estudo datado de 2014, promovido pela Baía Tejo, caracterizou o grau de contaminação dos sedimentos a dragar para execução do canal da Siderurgia e do Terminal do Seixal, evidenciando que a dragagem desse canal implicará a remoção de sedimentos contaminados das classes 4 ou 5 (os mais perigosos), num total estimado de cerca de 90%, sendo os restantes 10% das classes 2 ou 3. Ou seja, cerca de 90% dos sedimentos, face ao seu elevado grau de perigosidade, não permitem a imersão, mesmo que controlada, o que impõe o seu tratamento e eliminação. São apresentados nesse relatório custos para as operações de destino final dos

resíduos perigosos e não perigosos de cerca de 87M€ e de 60M€, dependendo do cenário de construção.

A OE tem manifestado o seu desacordo relativamente à forma como os problemas têm sido apresentados, em que se decide primeiro e se estuda depois, orientando os estudos para a justificação da decisão. A perspetiva aqui assumida por esta Associação Profissional, aplicável a qualquer investimento público, já foi divulgada publicamente e junto dos órgãos de decisão, através de um documento orientador, datado de junho de 2012, intitulado "Seleção e Avaliação de Investimento Público" (disponível para consulta em <http://www.ordemengenheiros.pt>).

Ainda no que concerne à localização no Barreiro, importa esclarecer que a OE em nada se opõe a essa opção, desde que justificadamente tomada e após o desenvolvimento dos estudos técnicos necessários, com análise da totalidade das variáveis em causa e consideração por todas as localizações possíveis. Apoiamos qualquer solução que se revele adequada aos interesses da região e, simultaneamente, do país, cujas vantagens e solidez coletivas se demonstrem inequívocas. Rejeitamos qualquer solução que, sendo indicada como a ser suportada por privados, não identifique claramente todos os riscos e que, em consequência, possa ser a base de renegociações com custos para Portugal.

Infelizmente constatamos que as várias decisões que têm vindo a ser anunciadas demonstram, nitidamente, que prevalece a vontade em detrimento da viabilidade.